



P 49906/2021

EMENDA ADITIVA Nº. 01
PROJETO DE LEI Nº. 13.478/2021
(Adilson Roberto Pereira Junior)

Prevê responsabilização de agente fiscal que exceder suas atribuições legais.

Acrescente-se o seguinte art. 34, renumerando-se o projetado para art. 35:

“Art. 34. A atuação de agente fiscal que exceda as suas atribuições legais, extrapolando os limites de sua competência e autoridade, com a finalidade de prejudicar outrem, satisfazer interesse ou sentimento pessoal ou por mero capricho, implicará responsabilização administrativa, civil e penal.”

Justificativa

Comumente vemos advertências a cidadãos, munícipes, contribuintes, a respeito da prática do crime de desacato ao funcionário público. Todavia, raramente se vê advertido o funcionário público que, no uso de suas atribuições, comete excessos, agindo além do poder que lhe foi conferido.

Ocorre que o abuso de poder surge com a violação da legalidade, pela qual se rompe o equilíbrio da ordem jurídica, tanto da legalidade externa do ato administrativo (competência, forma prevista ou não proibida em lei, objeto lícito) como da legalidade interna (existência dos motivos, finalidade). A cada um desses elementos de legalidade corresponde uma causa de nulidade do ato administrativo.

Portanto, faz-se necessária a inclusão do artigo proposto nesta emenda como medida de publicizar aos munícipes, contribuintes e cidadãos seus direitos de defesa e argumentação, respeitando o devido processo legal e o princípio do contraditório.

Sala das Sessões, 22/09/2021

ADILSON ROBERTO PEREIRA JUNIOR
“Juninho Adilson”